

## O NAFTA E A ALCA: os novos formatos do imperialismo

*Antônio Carlos Amador Gil*

Professor Adjunto do Departamento de História da UFES.

Por trás de nós estão vocês. Por trás de nossos capuzes está o rosto de todas as mulheres excluídas. De todos os indígenas esquecidos. De todos os homossexuais perseguidos. De todos os jovens desprezados. De todos os imigrantes golpeados. De todos os presos por sua palavra e por seu pensamento. De todos os trabalhadores humilhados. De todos os mortos de esquecimento. De todos os homens e mulheres simples e comuns que não contam, não são vistos, não são nomeados, não têm amanhã<sup>1</sup>.

Este trabalho pretende delinear os caminhos que o México percorreu até estabelecer o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e discutir algumas de suas conseqüências. Consideramos esta análise de profunda importância, uma vez que prenuncia o que poderá ocorrer na América Latina caso se efetive o Tratado de Livre Comércio das Américas (ALCA). Pretendemos discutir a nova face do imperialismo norte-americano e seus tentáculos repressivos e autoritários. Também pretendemos, dentro dos marcos de inserção do neoliberalismo na América Latina, situar a atuação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Este estudo, portanto, se posiciona no marco de uma história do presente ou da história imediata. Nesse sentido,

1. Exército Zapatista de Libertação Nacional. Comunicado do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - CCRI-CG, 1996.

ao trabalharmos com os movimentos antineoliberais na América Latina, nos colocamos num campo bastante fluido e movediço, mas extremamente importante.

Quando falamos do neoliberalismo e das reformas implementadas no México, podemos nos reportar a um processo similar que ocorreu na segunda metade do século XIX. Estou me referindo às Reformas Liberais, impulsionadas pela inserção do modo de produção capitalista nas estruturas latino-americanas ainda profundamente marcadas pela herança colonial. Naquele momento, os governos latino-americanos tiveram que criar condições favoráveis ao capital inglês, que necessitava de uma série de salvaguardas. No caso do México, por exemplo, foram criadas leis que permitiram a criação de um mercado de terras e que incentivaram a concentração fundiária. No governo de Porfirio Díaz, as comunidades indígenas do México foram brutalmente espoliadas de suas propriedades comunais, herança que tinha sido preservada pela estrutura colonial e que, naquele momento, entrava em choque com as diretrizes do mercado capitalista.

O processo de concentração fundiária e a expropriação das comunidades indígenas, no começo do século XX, tinha alcançado níveis bastante críticos no México. A insatisfação popular era bastante visível e, em 1910, ocorre a revolução mexicana, como reação a tal estado de coisas. Como ressalta Américo Nunes<sup>2</sup>, são diversos os componentes da revolução. Havia naquele momento uma crise política no interior das elites, na medida em que nenhum de seus setores tinha condições de exercer hegemonicamente o poder. Outro fator que não pode ser descartado é a luta interimperialista entre Inglaterra e Estados Unidos, que disputavam entre si o controle do petróleo mexicano. Mas o componente mais explosivo era a questão indígena capitaneada por Francisco Villa e Emiliano Zapata. Cada um destes líderes representava interesses específicos de suas regiões. Zapata, como líder de Morelos, uma região maciçamente povoada por comunidades indígenas, representava os interesses dos que propugnavam a restituição das propriedades das comunidades indígenas, ao passo que Villa representava os interesses dos despossuídos do norte, geralmente empregados como trabalhadores nos grandes latifúndios, cujas reivindicações estavam ligadas à reforma agrária, com pouco conteúdo indigenista. Mesmo com interesses divergentes, esses movimentos conseguiram,

2. Cf. NUNES, A. *As revoluções do México*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

através de sua mobilização, incluir na constituição várias conquistas sociais, dentre elas a garantia constitucional da preservação das propriedades comunais.

O México, a partir de então, foi governado por um partido que manteve o controle político do Estado. O Partido Revolucionário Institucional (PRI), criado em 1946, herdou as bases de sustentação do antigo Partido Revolucionário Mexicano e manteve diversos mecanismos de controle que permitiram a sua continuidade no poder até bem recentemente, quando da eleição de Fox em 2000. O partido acompanhou as diversas transformações que ocorreram na América Latina, transformando o México num país industrializado e com grandes potencialidades de desenvolvimento. A estrutura montada pelo PRI, era considerada por muitos uma ditadura. Mario Vargas Llosa afirmou que a melhor definição do sistema político mexicano seria a de ditadura perfeita. Segundo ele, as características eram de uma ditadura, embora não houvesse naquele sistema a permanência de um homem, mas de um partido<sup>3</sup>.

O governo do PRI assumiu uma política externa bastante independente e arrojada, que entrava, muitas vezes, em conflito com a sua política interna. Os governos mexicanos nunca se alinharam totalmente às diretrizes impostas pelos Estados Unidos durante a guerra fria. Desde a década de 30 asilou estrangeiros perseguidos em seus países de origem, como os republicanos da guerra civil espanhola. Também não cortou relações com o governo revolucionário cubano e se opôs à política de intervenção norte-americana na América Central. Porém, no plano interno, os governos mexicanos mantinham um rígido controle dos movimentos sociais a partir de mecanismos de cooptação. A oposição sindical, por exemplo, não encontrava meios de exercer a sua atuação pelos mecanismos legais, e atuava, muitas vezes, na clandestinidade.

Estes mecanismos de controle se acentuam a partir da posse de Carlos Salinas de Gortari, eleito em 1988, num processo que muitos consideram uma grande fraude eleitoral. Naquelas eleições, Cuauhtémoc Cárdenas, da Frente Democrática Nacional, estava liderando as apurações quando caiu o sistema eletrônico. Após o restabelecimento do sistema, Salinas de Gortari assumiu a liderança e ganhou as eleições. Para o PRI, aquele tinha sido um momento crítico, na medida em que os mecanismos de manipulação do

3. FUSER, I. México em transe. 2a. ed. São Paulo: Scritta, 1995, p.13.

eleitorado não foram suficientes para garantir a sua vitória. Após a sua posse, Salinas manteve e aperfeiçoou as diretrizes políticas do governo anterior, que já implementava o receituário amargo do FMI e exacerbou os mecanismos autoritários de controle. Igor Fuser afirma em seu livro-reportagem, por exemplo, que nos seis anos do regime de Salinas foram assassinados por motivos políticos quase tantos mexicanos quanto brasileiros nas duas décadas de ditadura militar<sup>4</sup> e dezessete dos trinta governadores priístas foram forçados a apresentar a própria renúncia, dando lugar a substitutos nomeados pelo próprio presidente<sup>5</sup>.

O governo de Carlos Salinas implementou diversas medidas do receituário neoliberal, aproximando-se cada vez mais dos Estados Unidos. Dentre as medidas, podemos destacar: a modificação do célebre artigo 27 da constituição, que garantia, ao menos na teoria, a terra para quem nela trabalha e protegia as propriedades comunais; um grande processo de privatização que aumentou a concentração de renda; e, o ato que consideramos mais emblemático, a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte – o NAFTA<sup>6</sup>.

No campo religioso, o governo de Carlos Salinas promoveu o restabelecimento de relações com o Vaticano, devolvendo diversos bens da Igreja que haviam sido confiscados no processo revolucionário, além de acabar com as restrições ao ensino religioso e às manifestações públicas de fé. Sem dúvida, o governo de Carlos Salinas tinha como intuito obter o apoio do Vaticano e do clero conservador à sua política, e conseqüentemente desestabilizar a atuação do clero progressista. No caso de Chiapas, por exemplo, de que trataremos logo a seguir, a intenção do governo era conseguir apoio para afastar dom Samuel Ruiz, bispo de San Cristóbal de las Casas. Ruiz era um abnegado defensor dos índios daquela região e estava causando sérios problemas à administração de Salinas.

Chiapas assumiu uma posição de destaque na política nacional mexicana quando irrompeu no primeiro dia de janeiro de 1994 o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), exatamente na data de entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos.

4. Ibid, p.16.

5. Ibid, p.23.

6. Ibid, p.35.

Nesse mesmo ano, a conjuntura econômico-política mexicana não era das melhores. O governo de Salinas, em seu período final, passava por uma séria crise política, a partir da insubordinação do candidato do PRI à sua sucessão. Luis Donald Colosio acabou sendo assassinado sob circunstâncias que levantaram suspeitas de envolvimento de membros do governo. Seu substituto, Ernesto Zedillo, mais afinado com a política de Salinas, usufruindo da máquina governamental e do apoio maciço dos meios de comunicação, ganhou as eleições que ocorreram em agosto de 1994.

A crise política também se acentuou a partir da atuação do EZLN e do forte apoio popular que o movimento conseguiu no decorrer desse ano. O México, também passou por uma série crise econômica, que levou à desvalorização do peso no mês de dezembro de 1994. Para os críticos da política neoliberal, um dos principais erros do governo foi abrir mão da soberania em termos de política econômica e deixar o futuro do México à mercê de decisões de investimento estrangeiro ligadas ao Tratado de Livre Comércio – NAFTA<sup>7</sup>. Essa crise desmascarava a afirmação de Salinas quando da aprovação do NAFTA pelo congresso norte-americano em novembro de 1993. Naquele momento, Salinas disse que, ao ingressar no NAFTA, ao lado dos Estados Unidos e do Canadá, o México deixava finalmente o time dos perdedores, dos países subdesenvolvidos, do Terceiro Mundo ou do “Sul” e ganhava uma vaga na turma seleta dos ganhadores, os craques do planeta, o Primeiro Mundo<sup>8</sup>.

A crise mexicana assumiu tamanha proporção que Bill Clinton, então presidente dos Estados Unidos, armou um pacote de ajuda de 50 bilhões de dólares – mais que o total de exportações brasileiras em uma década. Foi a maior operação de salvamento financeiro desde o Plano Marshall, quando os EUA colocaram na Europa o equivalente a 82 bilhões de dólares (13 bilhões de dólares da época), Mas ao contrário do Plano Marshall, esse dinheiro se destinou essencialmente a reembolsar os aplicadores americanos (havia 67 bilhões de dólares em bônus a serem resgatados em 1995)<sup>9</sup>. O México teve

7. Arturo Huerta. La política neoliberal de estabilización en México, apud FUSER, Igor, op. cit., p. 164.

8. FUSER, I. op. cit., p.199.

9. Ibid, p.200.

de se submeter a imposições humilhantes, uma vez que os Estados Unidos assumiram diretamente o monitoramento da economia mexicana, que, em crises anteriores, correspondia ao FMI. O governo mexicano foi obrigado a fazer uma penhora do petróleo, ou seja, o governo se comprometeu a depositar a receita obtida com as exportações de petróleo numa conta especial do Banco da Reserva Federal dos Estados Unidos, em Nova York, como garantia do empréstimo<sup>10</sup>. Todos esses acontecimentos aumentaram a influência do movimento zapatista.

Este movimento surgiu em Chiapas, uma região marcada pelo descaso governamental. As suas usinas fornecem 60% da eletricidade do México, contudo um terço das moradias chiapanecas não tem energia elétrica<sup>11</sup>. Os programas de assistência do governo de Salinas não reverteram esta situação, na medida em que não atacavam as origens da pobreza. Na verdade seus programas assistencialistas seguiram o modelo de aplicação das “políticas sociais compensatórias” recomendadas pelo Banco Mundial para mitigar os efeitos da política neoliberal. Ora, este modelo é incapaz de melhorar as condições de vida das camadas mais carentes da população, pois não modifica as políticas econômicas que diminuem o emprego, os salários e os serviços essenciais do Estado, como saúde e educação.

O movimento neozapatista se originou no interior da selva Lacandona, nas montanhas de Las Cañadas. Seus primórdios podem ser traçados a partir da instalação, nas montanhas, em 1983, de um pequeno núcleo de doze guerrilheiros das Forças de Libertação Nacional, a FLN<sup>12</sup>. Este grupo surgiu em 1969 com forte inspiração cubana, mas o núcleo que se instalou em Chiapas assumiu novas características a partir de sua interação com as comunidades indígenas. Estas comunidades formadas principalmente pelos grupos étnicos choles, tojolabales, tzotziles e tzeltales tinham diversos motivos para se engajar no movimento revolucionário. A concentração fundiária na região é muito forte. Segundo dados coletados, trinta mil proprietários de Chiapas concentram mais de 60% das terras agricultáveis<sup>13</sup> e durante o governo de Salinas, com as

10. Ibid, p.201.

11. Ibid, p.58.

12. Ibid, p.108.

13. Ibid, p.110.

políticas de livre comércio e de encolhimento da ação social do Estado, esta situação tendeu a piorar.

A insatisfação nas comunidades indígenas se generalizou quando Salinas promoveu uma reforma constitucional que modificou o artigo 27 da constituição de 1917. Ora, a modificação deste artigo significava que os minifúndios e *ejidos* podiam ser simplesmente confiscados pelos bancos, em caso de não pagamento de dívidas, visto que as propriedades comunais perdiam as garantias de inviolabilidade previstas no artigo. Até então, as terras pertencentes aos *ejidos* não podiam ser vendidas, arrendadas ou hipotecadas. Como o governo não garantia uma política de créditos rurais, de infra-estrutura e assistência técnica favoráveis, assim como uma política de educação para os camponeses, ocorria, na prática, um lento processo de pauperização dessas comunidades rurais que se tornavam alvo fácil das elites agrárias e do sistema financeiro. Estava em curso, claramente, um processo de concentração fundiária, permitindo o crescimento e consolidação de um mercado de terras que interessa profundamente aos capitais norte-americanos.

O levante zapatista, portanto, contou com um apoio maciço dessas comunidades e absorveu no seu ideário suas raízes indígenas. O movimento adquiriu uma estrutura singular, visto que o seu comando pertence ao Comitê Clandestino Revolucionário indígena, ou seja, o comando tem a participação efetiva das comunidades. O impacto deste movimento para o governo mexicano foi tremendo. No momento em os noticiários e a imprensa deveriam estar exaltando a integração do NAFTA, as manchetes mostraram a rebelião de uma região esquecida que levantou a voz para deter a guerra genocida não declarada contra a população chiapaneca, afundada na ignorância, no analfabetismo e na incultura<sup>14</sup>. Dentro das regiões controladas pelo movimento começaram a ser implementadas várias medidas que têm modificado o status quo reinante, como, por exemplo, a Lei Agrária Revolucionária, que reivindica a bandeira de Emiliano Zapata.

A repressão ao movimento foi imediata, com o envio de contingentes militares e chegando, até mesmo, ao bombardeamento da região sublevada. Contudo a reação da sociedade mexicana fez com que o governo recuasse, visto que não encontrou apoio suficiente para uma repressão mais violenta, abrindo o caminho das negociações. Os zapatistas, através de suas declarações,

14. EZLN, Declaração da Selva Lacandona, 1994.

e com o uso dos novos meios de comunicação, conseguiram mobilizar a sociedade mexicana para a luta pela democracia, pela liberdade, pela justiça e pela dignidade.

Podemos considerar este movimento como a primeira revolução antineoliberal que ocorreu na América Latina. Os zapatistas usaram e usam a revolta armada para buscar novas formas de fazer política. Sua preocupação não é a tomada do poder, mas criar um novo homem e um mundo novo. Este posicionamento é profundamente criticado pelos grupos de esquerda tradicionais, que não conseguem dissociar as revoluções das tomadas de poder. Sem dúvida nenhuma, a política zapatista é extremamente inovadora. Para os zapatistas, a criação de um mundo novo requer a abolição das relações de poder e não a tomada do poder. Eles defendem a construção de um poder comunitário que não usaria a força, mas, sim, a democracia.

A situação mexicana tem se tornado bastante peculiar e perigosa. Salinas esperava uma revoada de indústrias norte-americanas para o México quando da instalação do NAFTA. Contudo, aconteceu exatamente o contrário. Na virtual inexistência de barreiras tarifárias, tornou-se mais interessante para os empresários dos Estados Unidos exportar diretamente seus produtos ao país vizinho, sem os custos elevados de transferir fábricas. Isto interessava profundamente à política externa norte-americana, que vem priorizando a conquista de mercados para as suas exportações e a criação de novos empregos nos Estados Unidos, os chamados “export based jobs”. A América Latina vem se tornando o principal mercado para as exportações norte-americanas desde a década de 90. Segundo dados da revista *Foreign Policy*, a partir de 1991 os países latino-americanos passaram a comprar cada vez mais dos Estados Unidos, superando o Japão, que até então era o principal comprador. Essa expansão das exportações para a América Latina tem permitido que os Estados Unidos criem milhares de novos empregos dentro de seu território.

O NAFTA foi concebido como um acordo para a livre circulação de capitais, produtos e serviços. Contudo a maior riqueza do México, sua mão-de-obra, continua sem poder transitar pela fronteira. Cada vez mais os Estados Unidos reforçam a segurança de sua fronteira ao longo do Rio Grande, aumentando os índices de prisão e, até mesmo, de mortes. Apenas em 1994, a polícia de fronteiras capturou um milhão e duzentos mil mexicanos que tentavam entrar ilegalmente nos Estados Unidos. Estima-se que mais de 6 milhões de trabalhadores mexicanos estejam clandestinos nos Estados Unidos, sendo responsáveis pelo envio de 3 bilhões de dólares anuais para o México. Tal remessa de dólares tornou-se para a economia mexicana uma importante fonte de divisas.

No mesmo ano em que foi implantado o NAFTA, precisamente em dezembro, iniciaram-se em Miami, na Reunião da Cúpula das Américas, as negociações para a criação da Associação de Livre Comércio das Américas – ALCA, com a presença de 34 países latino-americanos. Foi definido naquele momento que a ALCA se estabelecerá em 2005 com o objetivo de eliminar progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento na região. As negociações têm sido mantidas desde então, em diversas reuniões ministeriais. Na reunião da Cúpula das Américas, ocorrida em Santiago do Chile em abril de 1998, dando prosseguimento às negociações para o estabelecimento da área de livre comércio, foi confirmada a determinação de concluir as negociações da ALCA, no mais tardar, até 2005.

A consolidação da ALCA interessa em particular aos Estados Unidos, já que, segundo dados do governo norte-americano, as exportações para a América Latina triplicaram de 1990 a 1996. Somente no ano de 1996, essas exportações para a América Latina foram duas vezes maiores que o comércio norte-americano com o resto do mundo.

Não há dúvidas, portanto, de que, para os Estados Unidos, a América Latina é um espaço comercial mais importante que o da União Européia. O problema que se coloca para os países latino-americanos é a forma como pode se dar essa integração. Entre economias gritantemente desiguais, faz-se necessária a adoção de políticas industriais, agrícolas e tecnológicas comuns, como as existentes na Europa. Se a integração européia inclui políticas compensatórias, isso nem se cogita no âmbito da ALCA. Aqui o livre-comércio imporá um salve-se-quem-puder. Se fosse possível traduzir em uma imagem esta situação, poderíamos imaginar que se trata de permitir à raposa penetrar livremente no galinheiro para concorrer com as galinhas igualmente “livres”!

A partir do fracasso do modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos e a crise da dívida no início da década de 80, os países latino-americanos têm sido compelidos a adotar uma política neoliberal. Muitos países latino-americanos têm sido pressionados a aderir à lógica da criação da ALCA. Até mesmo o papel da OEA foi revalorizado. Sua carta, reformada pelo protocolo de Washington em 1992, prevê o “direito de ingerência” no interior das fronteiras nacionais em caso de crises políticas ou de interrupção do processo democrático.

A integração está em marcha, quer ela se faça pela negociação de bloco a bloco, pelo desenvolvimento progressivo do NAFTA em outros países, ou mesmo pela extensão de acordos bilaterais. Após o fracasso da reunião da Organização Mundial do Comércio – OMC - em Seattle, a ALCA aparece

como uma reserva estratégica para os Estados Unidos. No caso, os Estados Unidos pretendem realizar em escala regional aquilo que ainda não pôde ser feito em escala mundial.

Precisamos estar atentos aos desdobramentos deste processo, pois o NAFTA vem mostrando que a abertura comercial para com um país de nível de desenvolvimento muito superior provoca desindustrialização, erradicação integral de áreas de agricultura tradicional e aumento das desigualdades sociais. Caso o governo norte-americano consiga o *fast track* (autorização do congresso norte-americano para o procedimento de negociações rápidas), corremos o risco de ver acelerado este processo. Vários sindicatos americanos têm se posicionado contra estes mecanismos. A hostilidade em relação à ALCA é bem forte, uma vez que a partir do NAFTA vem ocorrendo um processo de arrocho salarial dos trabalhadores norte-americanos.

Um projeto de integração só poderá ser bem sucedido se gozar de legitimidade social. Nesse sentido, a integração deve estar acompanhada de um programa de justiça social e transformações econômicas radicais. É necessário, portanto, construir um projeto de integração que goze de legitimidade social e que preveja políticas de combate às desigualdades. No México e na maioria dos países latino-americanos, o que encontramos é extremamente diverso. Os governos têm se preocupado em baixar os custos de produção com medidas para maior flexibilidade do trabalho e desregulamentação do sistema de previdência social, precarizando o emprego e aumentando a porcentagem da população ativa em empregos informais.

Os dirigentes latino-americanos que endossam o plano norte-americano de integração, a ALCA, peça estratégica de Washington para a manutenção de sua hegemonia, estão pondo em movimento uma engrenagem de perigosas consequências. Será a ALCA uma nova versão da Doutrina Monroe? Por isso, dentro deste contexto, o neozapatismo representa uma forma de resistência e rebeldia e uma esperança de romper as amarras do neoliberalismo que, nos últimos anos, tem levado a América Latina a uma situação cada vez mais intensa de neocolonialismo.

• • •